

**Reflexões sobre o apoio sistemático da mídia
hegemônica ao aparato coercitivo do Estado, a partir
da cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção
federal de 2018**

**Reflexiones sobre el apoyo sistemático de los medios
hegemónicos al aparato coercitivo del Estado, a partir
del cubrimiento periodístico del Jornal Nacional sobre la
intervención federal de 2018**

**Reflections on the systematic support given by hegemonic
media to the cohesive apparatus of the State, considering
the coverage by Jornal Nacional about the federal
intervention of 2018**

Fernanda Ramos da Silva

Jornalista formada pelo Departamento de Comunicação e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF). Contato: ramos.frs@gmail.com.

Pablo Nabarrete Bastos

Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF). Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (JCNE). Contato: pablobastos@id.uff.br.

Submetido em: 24 ago. 2022

Aprovado em: 28 ago. 2023



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal

Resumo

Este artigo possui como objetivo investigar a relação entre os aparelhos privados de hegemonia e o aparato coercitivo do Estado brasileiro, por meio de uma análise sobre a cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro em 2018. Os programas foram analisados com base na Análise Televisual (BECKER, 2012) em articulação com reflexões sobre Estado, ideologia, mídia e violência, vistos sob uma perspectiva marxista, com ênfase na teoria gramsciana. Foi possível perceber um apoio inicial do telejornal à intervenção, que depois foi substituído por críticas e clamores pela ampliação do aparato coercitivo do Estado brasileiro. No entanto, a cobertura não abordou as causas da violência ou a lógica da política de segurança empregada no estado e no país, contribuindo para o fortalecimento do Estado Penal e da hegemonia das classes dominantes no Brasil.

Palavras-chave: Intervenção federal. Hegemonia. Medo.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo investigar la relación entre los aparatos privados de hegemonía y el aparato coercitivo del Estado brasileño, por medio de un análisis sobre el cubrimiento periodístico del Jornal Nacional sobre la intervención federal en la seguridad pública del estado de Río de Janeiro en 2018. Los programas fueron estudiados con base en el Análisis Televisual (BECKER, 2012) en articulación con reflexiones sobre Estado, ideología, medios de comunicación y violencia, vistos delante de una perspectiva marxista, con énfasis en la teoría gramsciana. Fue posible percibir un apoyo inicial del telediario a la intervención, que después fue sustituido por críticas y clamores por la ampliación del aparato coercitivo del Estado brasileño. No obstante, el cubrimiento no trató sobre las causas de la violencia o sobre la lógica de la política de seguridad empleada en el estado y en el país, sirviendo para el fortalecimiento del Estado Penal y de la hegemonía de las clases dominantes en Brasil.

Palabras clave: Intervención federal. Hegemonía. Miedo.

Abstract

This article aims at investigating the relationship between the private hegemony apparatuses and the cohesive apparatus of the Brazilian State, through an analysis about the coverage of Jornal Nacional about the federal intervention on public security in the state of Rio de Janeiro in 2018. The programs were analyzed based on the Televisual Analysis (BECKER, 2012) in articulation with reflections about State, ideology, media and violence, seen from a Marxist and Gramscian perspective. It was possible to notice the initial support of the program to the intervention, which was later replaced with criticism and cries for the broadening of the cohesive apparatus of the Brazilian State. However, the coverage did not address the causes of violence or the logic behind the public security policy conducted in the state and in the country, contributing for strengthening the Penal State and the hegemony of the ruling classes in Brazil.

Keywords: Federal intervention. Hegemony. Fear.

1 Cf. <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

2 Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghml>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Introdução

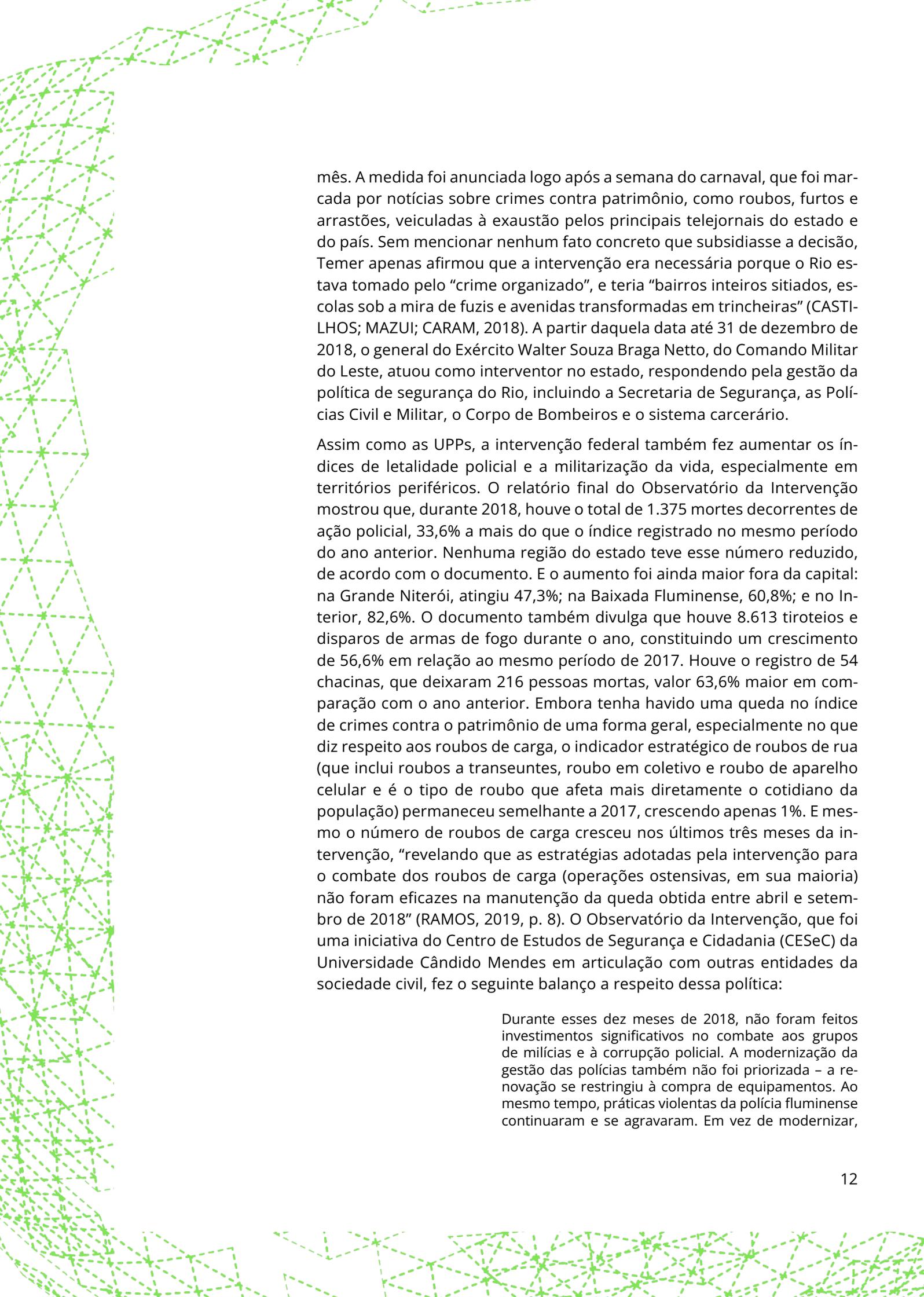
Em novembro de 2008, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PM-RJ) iniciava as ocupações militares no Morro Santa Marta e na Cidade de Deus que dariam origem às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A permanência da PM nas favelas afetaria profundamente o cotidiano de moradores, policiais e traficantes, a organização de suas rotinas, sociabilidade e mobilidade (MENEZES, 2018).

O estado chegou a ter 38 UPPs até 2018¹. Conforme iam tomando forma, elas passaram a ser apresentadas pelos órgãos governamentais e pela mídia hegemônica ora como um projeto de polícia comunitária, ora como polícia de proximidade (CARVALHO, 2018), e a justificativa do Executivo estadual para a medida se baseava na suposta “ausência de Estado” nas localidades. O aparato coercitivo seria necessário, portanto, para “abrir caminho” e possibilitar a oferta de serviços pelo poder público e pela iniciativa privada.

Quase dez anos depois, o ciclo das UPPs chegou ao fim com a decretação da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, sem um balanço político dos governantes frente à população a respeito daquela política. Na prática, algumas unidades foram extintas, outras mudaram sua forma de funcionamento, e muitas foram deixadas para definharem por falta de investimento do governo estadual, mostrando que as UPPs deixaram de ser o carro-chefe da política de segurança no estado.

Apesar da redução no número de tiroteios nos territórios “pacificados” na fase inicial das UPPs e da tentativa conjunta das autoridades e dos meios de comunicação hegemônicos de reformular positivamente a imagem da PM e de seus oficiais, a noção de pacificação pode ser questionada sob vários aspectos. Um deles é a eclosão de casos de letalidade policial, especialmente a partir de 2013, como a Chacina da Maré (2013), o desaparecimento do pedreiro Amarildo (2013), o assassinato de Cláudia Silva Ferreira (2014) e os cinco jovens mortos em Costa Barros com 111 tiros (2015), para mencionar apenas alguns dos acontecimentos mais emblemáticos da época. Embora esses casos não nos permitam realizar análise estatística e social mais ampla, são fatos emblemáticos que evidenciaram os limites e contradições das ações “políticas pacificadoras”. Além disso, houve o aprimoramento de mecanismos de controle, vigilância, disciplinarização e coerção nas favelas do estado, e a polícia passou a assumir inclusive um caráter civilizatório, de “vigiar, educar, revistar e gerir o cotidiano” (CARVALHO, 2018, p. 108). O avanço da militarização do cotidiano dos favelados e moradores de bairros e cidades periféricas foi, sem sombra de dúvidas, um dos principais legados das UPPs.

A intervenção federal², decretada no dia 16 de fevereiro de 2018 pelo então presidente da República Michel Temer (MDB-RJ), foi apresentada como uma resposta à suposta elevação do quadro de violência no Rio naquele



mês. A medida foi anunciada logo após a semana do carnaval, que foi marcada por notícias sobre crimes contra patrimônio, como roubos, furtos e arrastões, veiculadas à exaustão pelos principais telejornais do estado e do país. Sem mencionar nenhum fato concreto que subsidiasse a decisão, Temer apenas afirmou que a intervenção era necessária porque o Rio estava tomado pelo “crime organizado”, e teria “bairros inteiros sitiados, escolas sob a mira de fuzis e avenidas transformadas em trincheiras” (CASTILHOS; MAZUI; CARAM, 2018). A partir daquela data até 31 de dezembro de 2018, o general do Exército Walter Souza Braga Netto, do Comando Militar do Leste, atuou como interventor no estado, respondendo pela gestão da política de segurança do Rio, incluindo a Secretaria de Segurança, as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e o sistema carcerário.

Assim como as UPPs, a intervenção federal também fez aumentar os índices de letalidade policial e a militarização da vida, especialmente em territórios periféricos. O relatório final do Observatório da Intervenção mostrou que, durante 2018, houve o total de 1.375 mortes decorrentes de ação policial, 33,6% a mais do que o índice registrado no mesmo período do ano anterior. Nenhuma região do estado teve esse número reduzido, de acordo com o documento. E o aumento foi ainda maior fora da capital: na Grande Niterói, atingiu 47,3%; na Baixada Fluminense, 60,8%; e no Interior, 82,6%. O documento também divulga que houve 8.613 tiroteios e disparos de armas de fogo durante o ano, constituindo um crescimento de 56,6% em relação ao mesmo período de 2017. Houve o registro de 54 chacinas, que deixaram 216 pessoas mortas, valor 63,6% maior em comparação com o ano anterior. Embora tenha havido uma queda no índice de crimes contra o patrimônio de uma forma geral, especialmente no que diz respeito aos roubos de carga, o indicador estratégico de roubos de rua (que inclui roubos a transeuntes, roubo em coletivo e roubo de aparelho celular e é o tipo de roubo que afeta mais diretamente o cotidiano da população) permaneceu semelhante a 2017, crescendo apenas 1%. E mesmo o número de roubos de carga cresceu nos últimos três meses da intervenção, “revelando que as estratégias adotadas pela intervenção para o combate dos roubos de carga (operações ostensivas, em sua maioria) não foram eficazes na manutenção da queda obtida entre abril e setembro de 2018” (RAMOS, 2019, p. 8). O Observatório da Intervenção, que foi uma iniciativa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes em articulação com outras entidades da sociedade civil, fez o seguinte balanço a respeito dessa política:

Durante esses dez meses de 2018, não foram feitos investimentos significativos no combate aos grupos de milícias e à corrupção policial. A modernização da gestão das polícias também não foi priorizada – a renovação se restringiu à compra de equipamentos. Ao mesmo tempo, práticas violentas da polícia fluminense continuaram e se agravaram. Em vez de modernizar,

3 A análise foi feita a partir dos vídeos disponibilizados pela emissora na Internet pela plataforma do Globoplay.

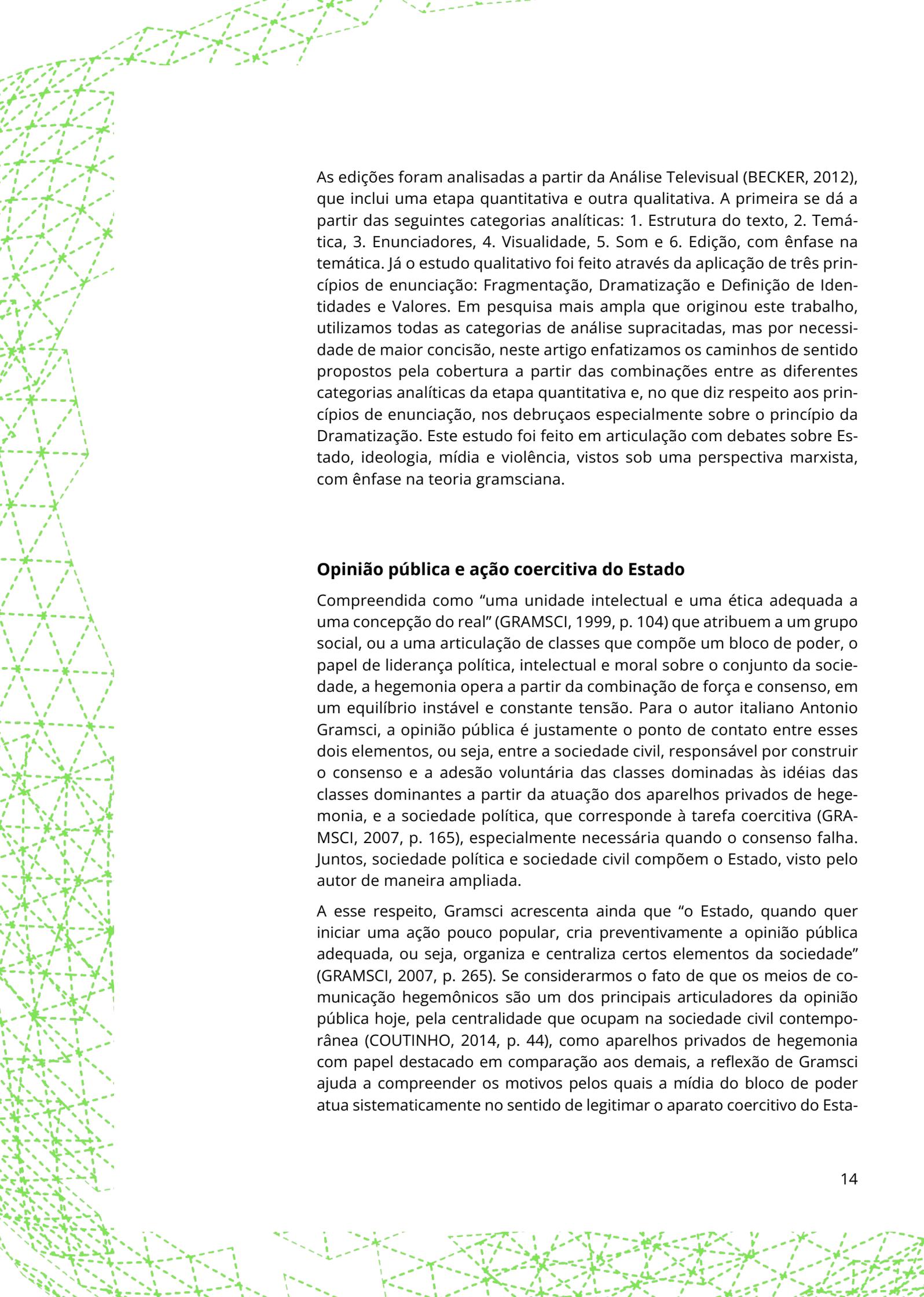
4 Dissertação de Mestrado "A ideologia do Estado penal. Coerção e consenso na cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal, de Fernanda Ramos da Silva, orientada por Pablo Nabarrete Bastos no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense, em 2021.

reformular ou mudar, a intervenção levou ao extremo políticas que o Rio de Janeiro já conhecia: a abordagem dos problemas de violência e criminalidade a partir de uma lógica de guerra, baseada no uso de tropas de combate, ocupações de favelas e grandes operações. (RAMOS, 2019, p. 3)

Diante deste cenário, uma pergunta se faz necessária: por que, mesmo após o fracasso sucessivo de políticas de segurança pública centradas sobre uma lógica de confronto e guerra para reduzir os índices de criminalidade no estado, políticas que apenas fazem aumentar o número de assassinatos e encarceramento de jovens negros e pobres, parte significativa da população segue clamando por mais policiamento, mais armamento, mais confrontos e mais prisões? A atuação sistemática dos meios de comunicação na legitimação do Estado Penal ou, em outras palavras, a relação cada vez mais próxima entrelaçada entre aparelhos privados de hegemonia, especialmente a mídia hegemônica, e o aparato coercitivo do Estado, ou entre sociedade civil (consenso) e sociedade política (força), outras categorias gramscianas relacionadas (GRAMSCI, 2007), parece ser uma chave analítica importante para a compreensão deste fenômeno.

Nesse sentido, este artigo busca traçar uma análise sobre a cobertura do Jornal Nacional a respeito da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Considerando que 97,3% dos domicílios brasileiros tem TV e que a Globo cobre 99,44% desses domicílios (GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO, 2018), dados do ano de nossa pesquisa, investigar a maneira como o principal telejornal diário desta empresa codifica os acontecimentos do país parece, ainda, extremamente relevante.

Com a intenção de obter um panorama geral sobre a cobertura, desde o anúncio até o término da intervenção, três semanas de programação foram selecionadas para análise³: a primeira (16 a 22 de fevereiro), a do meio (21 a 27 de julho) e a última (25 a 31 de dezembro), considerando seis programas por semana. Para a pesquisa⁴ que deu origem a este artigo, havíamos selecionado 66 edições do Jornal Nacional, que foram ao ar entre os dias 16 e 22 de cada mês entre fevereiro e dezembro de 2018, totalizando 11 semanas de programação. Esse recorte temporal considerou a primeira semana a partir do anúncio do decreto da Intervenção Federal pelo então presidente da República Michel Temer, que aconteceu no dia 16 de fevereiro. Os mesmos dias foram analisados nos meses seguintes, até dezembro de 2018, quando a Intervenção na segurança pública do Rio terminaria. Escolhemos fazer dessa forma para que houvesse um padrão que não impactasse negativamente na parte quantitativa da análise, embora reconheçamos que, dessa maneira, seja possível que algum aspecto relevante sobre a cobertura possa ter ficado de fora dessa análise. Para obtermos um olhar mais abrangente da investigação, para este artigo optamos por um critério de recorte temporal, focando no início, meio e fim da pesquisa empírica.



As edições foram analisadas a partir da Análise Televisual (BECKER, 2012), que inclui uma etapa quantitativa e outra qualitativa. A primeira se dá a partir das seguintes categorias analíticas: 1. Estrutura do texto, 2. Temática, 3. Enunciadores, 4. Visualidade, 5. Som e 6. Edição, com ênfase na temática. Já o estudo qualitativo foi feito através da aplicação de três princípios de enunciação: Fragmentação, Dramatização e Definição de Identidades e Valores. Em pesquisa mais ampla que originou este trabalho, utilizamos todas as categorias de análise supracitadas, mas por necessidade de maior concisão, neste artigo enfatizamos os caminhos de sentido propostos pela cobertura a partir das combinações entre as diferentes categorias analíticas da etapa quantitativa e, no que diz respeito aos princípios de enunciação, nos debruçamos especialmente sobre o princípio da Dramatização. Este estudo foi feito em articulação com debates sobre Estado, ideologia, mídia e violência, vistos sob uma perspectiva marxista, com ênfase na teoria gramsciana.

Opinião pública e ação coercitiva do Estado

Compreendida como “uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real” (GRAMSCI, 1999, p. 104) que atribuem a um grupo social, ou a uma articulação de classes que compõe um bloco de poder, o papel de liderança política, intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade, a hegemonia opera a partir da combinação de força e consenso, em um equilíbrio instável e constante tensão. Para o autor italiano Antonio Gramsci, a opinião pública é justamente o ponto de contato entre esses dois elementos, ou seja, entre a sociedade civil, responsável por construir o consenso e a adesão voluntária das classes dominadas às idéias das classes dominantes a partir da atuação dos aparelhos privados de hegemonia, e a sociedade política, que corresponde à tarefa coercitiva (GRAMSCI, 2007, p. 165), especialmente necessária quando o consenso falha. Juntos, sociedade política e sociedade civil compõem o Estado, visto pelo autor de maneira ampliada.

A esse respeito, Gramsci acrescenta ainda que “o Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade” (GRAMSCI, 2007, p. 265). Se considerarmos o fato de que os meios de comunicação hegemônicos são um dos principais articuladores da opinião pública hoje, pela centralidade que ocupam na sociedade civil contemporânea (COUTINHO, 2014, p. 44), como aparelhos privados de hegemonia com papel destacado em comparação aos demais, a reflexão de Gramsci ajuda a compreender os motivos pelos quais a mídia do bloco de poder atua sistematicamente no sentido de legitimar o aparato coercitivo do Esta-



do. Murilo César Ramos (2010), no intuito de atualizar e propor organização hierárquica aos aparelhos privados de hegemonia, segundo a capacidade de projeção de poder das instituições, propõe que a Empresa, que corresponde à forma ideológica e material de organização do mercado, e a Mídia, o conjunto das instituições de comunicação, sejam os mais poderosos aparelhos de hegemonia. Para Ramos (2010), o poder e singularidade da mídia estão em sua capacidade de produzir e disseminar conteúdos jornalísticos, informativos e de entretenimento “embebidos em sua virtual totalidade da lógica absoluta do consumo, que é a principal força ideologicamente reprodutora do capitalismo” (p. 6). Por outro lado, no contexto do neoliberalismo, as estruturas penais são essenciais para o Estado.

O poder coercitivo e as estruturas penais não constituem um desvio ou erro, e sim um de seus elementos constitutivos (WACQUANT, 2012). O Estado Penal é a forma das elites políticas reafirmarem a autoridade do Estado quando este abandona a proteção social e econômica das classes dominadas. O Estado Penal não é determinado pela elevação dos índices de criminalidade, mas pela necessidade de regulação da pobreza intensificada pela falta de proteção social, fragmentação do trabalho assalariado e precarização das condições de vida. O neoliberalismo articula quatro lógicas institucionais: 1) desregulamentação econômica, 2) delegação, retração e recomposição do Estado do bem-estar, 3) um aparato penal em expansão, invasivo e proativo, e 4) alegoria cultural da responsabilidade individual (WACQUANT, 2012, p. 32).

Ainda que o Brasil não tenha de fato experimentado o *welfare state* tal como na Europa ou nos Estados Unidos, é possível perceber que o neoliberalismo no país também intensificou essa modalidade de intervenção do Estado caracterizada não pela garantia de direitos, mas pela constituição de um aparato penal em constante expansão. Sob essa ótica, é possível concluir que tanto as UPPs quanto a intervenção federal realizada em 2018 obtiveram sucesso na afirmação da soberania das classes dominantes em determinar os rumos das políticas de segurança e da gestão da vida cotidiana, como também contribuíram para o aprofundamento da militarização e fortaleceram a legitimação dessa modalidade de atuação do Estado em toda a sociedade e particularmente nos territórios vistos como “perigosos” – favelas, periferias, bairros e cidades mais pobres. Apesar da distinção retórica entre as duas políticas (a metáfora da “paz” volta a dar lugar à metáfora da “guerra”), elas tem em comum o vínculo e o compromisso com a manutenção do Estado Penal, isto é, da gestão dos pobres e da pobreza a partir do encarceramento, da militarização e da ação policial. A perspectiva de intensificação do processo de penalização ampliado e do Estado Penal, por meio da política das UPPs, foi adotada na pesquisa de Marielle Franco (2014), com foco na Favela da Maré, conjunto de favelas localizadas na zona norte da capital fluminense.



5 Estes dados foram obtidos a partir da observação direta da pesquisadora. O cálculo do tempo considerou toda a cobertura, com exceção das escaladas e das chamadas entre blocos. Também é importante assinalar que nas editorias Política e Internacional houve muitas matérias sobre crimes, como casos de corrupção, terrorismo e repressão policial. No entanto, optamos por enquadrar em Segurança apenas aquelas que diziam respeito a segurança pública, sistema penal e carcerário e diversos tipos de violência na cidade e no campo, para não extrapolar o escopo deste trabalho.

Podemos concluir então que a busca pelo consenso e adesão das classes dominadas às lógicas inerentes ao Estado Penal, no neoliberalismo, é central para a manutenção da hegemonia das classes dominantes no Brasil. Através de seus aparelhos privados – dentre os quais os meios de comunicação hegemônicos ocupam um papel de destaque – o Estado busca legitimar a sua atuação coercitiva, havendo, portanto, uma vinculação estratégica entre o discurso da mídia sobre violência e a agenda política, intelectual e moral da classe que integram e cujos interesses representam, buscando engajar a opinião pública, vinculando-a socialmente e afetivamente à ideologia do bloco de poder dominante (BASTOS, 2020), como veremos a seguir, a partir da cobertura da intervenção federal feita pelo Jornal Nacional.

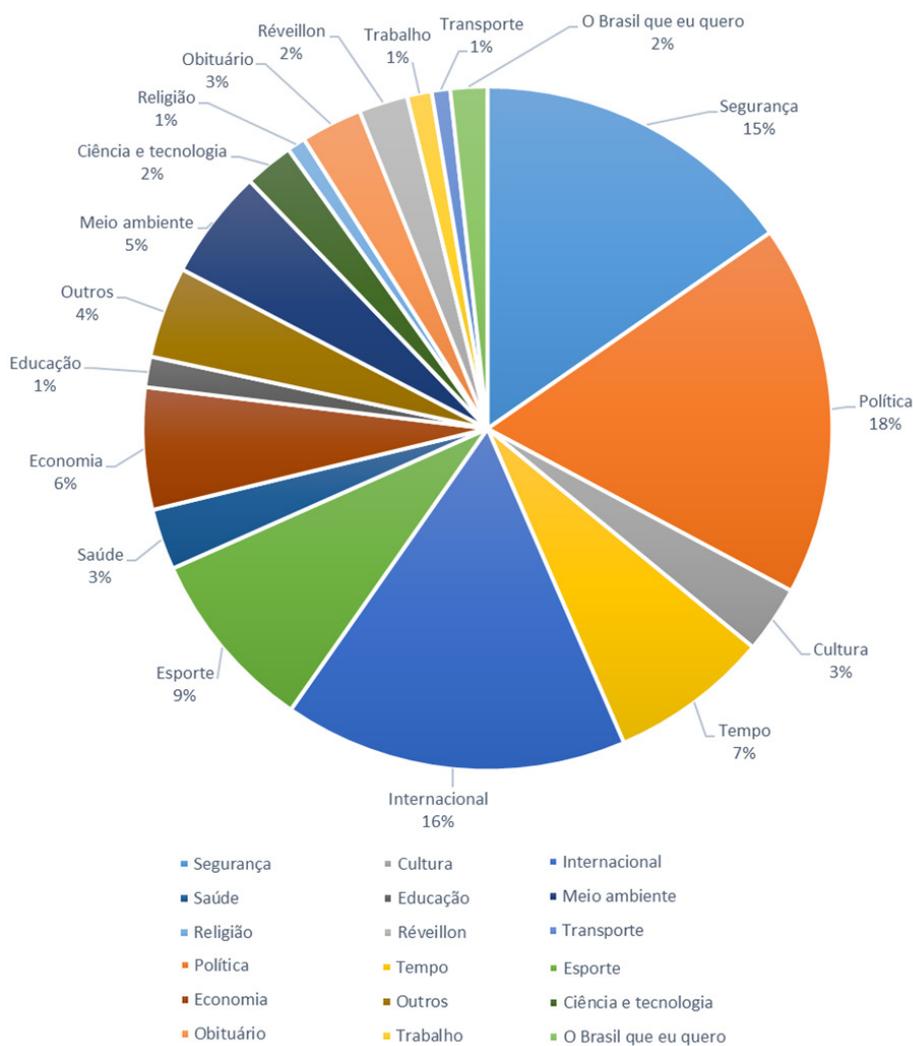
Não afirmamos que a adesão das classes subalternizadas ou populares à ideologia das classes dominantes ocorra de maneira generalizada. A partir de Gramsci (1999) compreendemos que a hegemonia nunca é absoluta, pois há sempre uma luta de “hegemonias”, o que envolve direções e projetos de classe antagônicos. Entretanto, não podemos ignorar, dialogando com Lênin (1978) e Bastos (2021), que a ideologia burguesa é mais antiga, historicamente mais bem constituída e fundamentada em suas bases materiais, com mais aparelhos de hegemonia para a sua sustentação, elaboração, além de meios de difusão amplamente maiores.

Ideologia, medo e controle social: analisando a cobertura da intervenção pelo Jornal Nacional

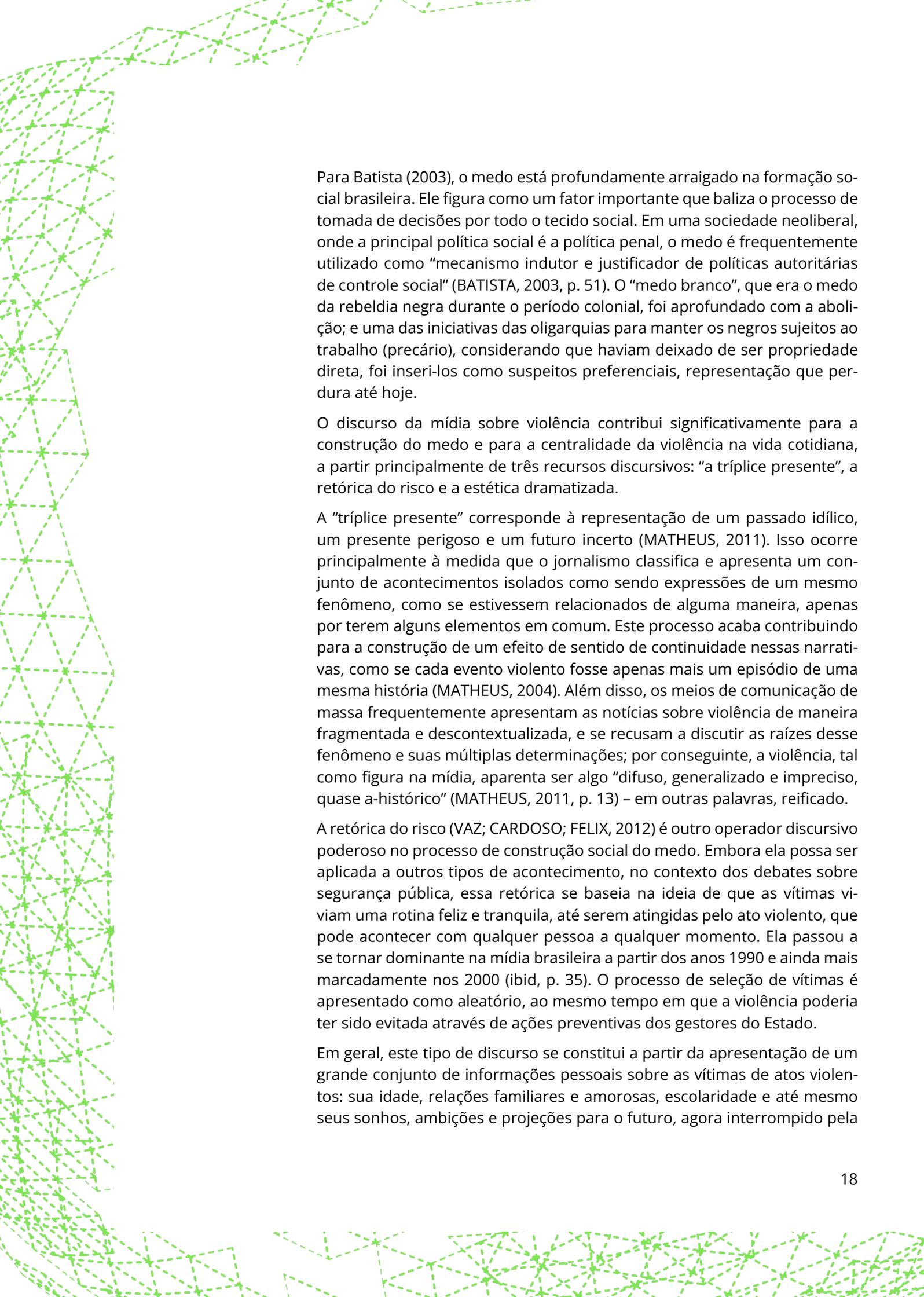
Os programas analisados seguiram a estrutura padrão do Jornal Nacional: a vinheta de abertura seguida da escalada, e blocos compostos por reportagens com duração aproximada de 1 a 8 minutos, além de notas cobertas e notas peladas. Considerando reportagens e notas⁵, o Jornal Nacional tratou sobre assuntos relacionados a segurança pública, violência e polícia por 2 horas, 29 minutos e 50 segundos durante as três semanas analisadas, o que constitui 15% das 12 horas, 11 minutos e 6 segundos totais de matérias. Segurança foi a terceira editoria mais abordada pelo noticiário, perdendo apenas para Política (18%) e Internacional (16%), como pode ser observado no Gráfico 1.

Dentre as matérias de Segurança, 58% trataram sobre a intervenção federal. O telejornal abordou o tema em nove dos 18 programas, por 1 hora, 27 minutos e 1 segundo, chegando a 11,9022% do tempo total analisado.

Gráfico 1- Editorias do Jornal Nacional. Fonte: os autores.



O destaque dado pelo JN à temática da segurança, incluindo matérias sobre crimes, violência e encarceramento, vai ao encontro da análise de que a “subjetividade penal” figura como um elemento fundamental da articulação do pensamento social no contemporâneo, conforme afirmam Coimbra e Scheinvar (2012). As autoras defendem que, nas mais diversas esferas da vida cotidiana, como campanhas eleitorais, análises institucionais, científicas ou espaços privados, temas como a exploração, a desigualdade, a apropriação privada das riquezas, a precariedade dos serviços públicos, dentre tantos outros, deixam de ser mencionados quando o assunto são as angústias sociais. Pelo contrário, “o discurso da segurança passou a ser central nas discussões sobre a qualidade ou possibilidade de vida” (p. 63), destacam. Ao abordar o tema da segurança com tanta frequência, o JN ao mesmo tempo responde à demanda da sociedade por debater o tema e contribui para que essa demanda exista e seja diariamente fomentada.



Para Batista (2003), o medo está profundamente arraigado na formação social brasileira. Ele figura como um fator importante que baliza o processo de tomada de decisões por todo o tecido social. Em uma sociedade neoliberal, onde a principal política social é a política penal, o medo é frequentemente utilizado como “mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social” (BATISTA, 2003, p. 51). O “medo branco”, que era o medo da rebeldia negra durante o período colonial, foi aprofundado com a abolição; e uma das iniciativas das oligarquias para manter os negros sujeitos ao trabalho (precário), considerando que haviam deixado de ser propriedade direta, foi inseri-los como suspeitos preferenciais, representação que perdura até hoje.

O discurso da mídia sobre violência contribui significativamente para a construção do medo e para a centralidade da violência na vida cotidiana, a partir principalmente de três recursos discursivos: “a tríplice presente”, a retórica do risco e a estética dramatizada.

A “tríplice presente” corresponde à representação de um passado idílico, um presente perigoso e um futuro incerto (MATHEUS, 2011). Isso ocorre principalmente à medida que o jornalismo classifica e apresenta um conjunto de acontecimentos isolados como sendo expressões de um mesmo fenômeno, como se estivessem relacionados de alguma maneira, apenas por terem alguns elementos em comum. Este processo acaba contribuindo para a construção de um efeito de sentido de continuidade nessas narrativas, como se cada evento violento fosse apenas mais um episódio de uma mesma história (MATHEUS, 2004). Além disso, os meios de comunicação de massa frequentemente apresentam as notícias sobre violência de maneira fragmentada e descontextualizada, e se recusam a discutir as raízes desse fenômeno e suas múltiplas determinações; por conseguinte, a violência, tal como figura na mídia, aparenta ser algo “difuso, generalizado e impreciso, quase a-histórico” (MATHEUS, 2011, p. 13) – em outras palavras, reificado.

A retórica do risco (VAZ; CARDOSO; FELIX, 2012) é outro operador discursivo poderoso no processo de construção social do medo. Embora ela possa ser aplicada a outros tipos de acontecimento, no contexto dos debates sobre segurança pública, essa retórica se baseia na ideia de que as vítimas viviam uma rotina feliz e tranquila, até serem atingidas pelo ato violento, que pode acontecer com qualquer pessoa a qualquer momento. Ela passou a se tornar dominante na mídia brasileira a partir dos anos 1990 e ainda mais marcadamente nos 2000 (ibid, p. 35). O processo de seleção de vítimas é apresentado como aleatório, ao mesmo tempo em que a violência poderia ter sido evitada através de ações preventivas dos gestores do Estado.

Em geral, este tipo de discurso se constitui a partir da apresentação de um grande conjunto de informações pessoais sobre as vítimas de atos violentos: sua idade, relações familiares e amorosas, escolaridade e até mesmo seus sonhos, ambições e projeções para o futuro, agora interrompido pela

6 O programa foi ao ar em outubro de 2019, mas foi cancelado logo em seguida devido à repercussão negativa frente ao público e diversas entidades representativas da sociedade civil. O Alarma TV é produzido pela Estrella TV, emissora voltada ao público hispânico residente dos Estados Unidos, e foi comprado pelo SBT para ser exibido de forma dublada. Para mais informações, ver: <<https://noticias-datv.uol.com.br/noticia/televisao/sbt-desiste-de-exibir-alarma-tv-apos-opinio-negativa-do-publico-sobre-telejornal-bizarro-30263>>. Acesso em: 15/04/2020.

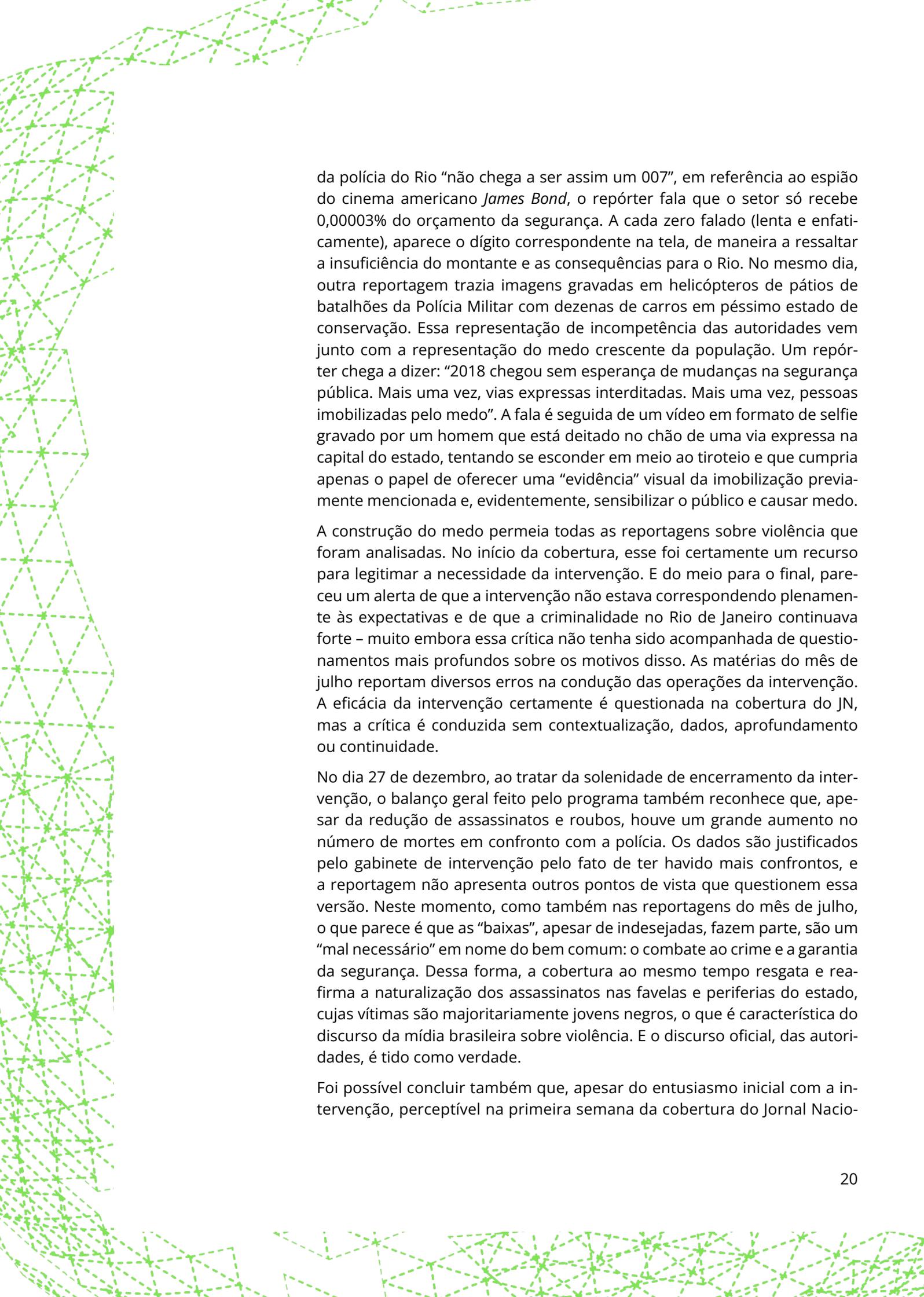
violência. Isso contribui para que o leitor ou espectador estabeleça um vínculo emocional com a vítima. Ao mesmo tempo em que há singularidade, há também generalidade na maneira como a mídia apresenta cada caso particular de violência: o leitor ou espectador se identifica com as características, hábitos e projeções da vítima, e compreende que ele próprio é uma vítima em potencial.

A edição do Jornal Nacional que foi ao ar no dia 16 de fevereiro de 2018, data em que foi decretada a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, traz uma representação emblemática deste tipo de construção discursiva. Foi o caso da morte do bebê Arthur, baleado ainda na barriga da mãe, tratado verbalmente pela repórter como um “símbolo triste da impotência do Estado na guerra contra o crime”. Embora particular, a maneira como esse fato foi selecionado e apresentado tem o potencial de gerar comoção e identificação por parte do espectador em relação às vítimas e o medo de converter-se, ele mesmo ou alguém de sua família, em uma.

A estética dramatizada, adotada pela maioria dos telejornais nas coberturas sobre violência, também contribui para a construção do medo social (MENDONÇA, 2001, p. 40). Na televisão brasileira, os programas que empregam de maneira mais intensa esta estética dramatizada são aqueles ditos “policialescos”. São programas que misturam características de telejornalismo e entretenimento e tem como assunto central o crime, como o Cidade Alerta (Record), o Brasil Urgente (Rede Bandeirantes) e o Alarma TV (SBT)⁶, caracterizados justamente pela espetacularização da violência e pelo discurso sensacionalista - narrativas dramáticas, perseguições, tragédias e o apelo às emoções.

É certo que o JN não emula as coberturas dos programas policialescos, havendo diferenças significativas entre as posturas dos âncoras e jornalistas, por exemplo. Ainda assim, mesmo que de maneira mais sutil, adotando o código profissional, mas que não deixa de operar sob a lógica do código dominante, hegemônico (HALL, 2011), o programa do Grupo Globo também aposta em recursos que conferem dramaticidade às coberturas sobre violência. No mesmo texto, Stuart Hall (2011) nos ajuda a pensar acerca das diferenças entre as formas de representação da violência nas telas da TV e o fenômeno social da violência. Assim, embora exista realidade fora da linguagem, é por meio da mediação da linguagem, do discurso, que acessamos e expressamos a realidade. E tanto na codificação como na decodificação discursivas, conforme Hall (2011), a base que configura esses processos está no momento de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Um exemplo disso foi a reportagem que foi ao ar no dia 22 de fevereiro de 2018, sobre a atuação das polícias no estado do Rio de Janeiro. Nela, foi empregado um recurso de edição para adicionar dramaticidade à denúncia sobre a ineficiência da gestão do Estado. Após dizer que a inteligência



da polícia do Rio “não chega a ser assim um 007”, em referência ao espião do cinema americano *James Bond*, o repórter fala que o setor só recebe 0,00003% do orçamento da segurança. A cada zero falado (lenta e enfaticamente), aparece o dígito correspondente na tela, de maneira a ressaltar a insuficiência do montante e as consequências para o Rio. No mesmo dia, outra reportagem trazia imagens gravadas em helicópteros de pátios de batalhões da Polícia Militar com dezenas de carros em péssimo estado de conservação. Essa representação de incompetência das autoridades vem junto com a representação do medo crescente da população. Um repórter chega a dizer: “2018 chegou sem esperança de mudanças na segurança pública. Mais uma vez, vias expressas interditadas. Mais uma vez, pessoas imobilizadas pelo medo”. A fala é seguida de um vídeo em formato de selfie gravado por um homem que está deitado no chão de uma via expressa na capital do estado, tentando se esconder em meio ao tiroteio e que cumpria apenas o papel de oferecer uma “evidência” visual da imobilização previamente mencionada e, evidentemente, sensibilizar o público e causar medo.

A construção do medo permeia todas as reportagens sobre violência que foram analisadas. No início da cobertura, esse foi certamente um recurso para legitimar a necessidade da intervenção. E do meio para o final, pareceu um alerta de que a intervenção não estava correspondendo plenamente às expectativas e de que a criminalidade no Rio de Janeiro continuava forte – muito embora essa crítica não tenha sido acompanhada de questionamentos mais profundos sobre os motivos disso. As matérias do mês de julho reportam diversos erros na condução das operações da intervenção. A eficácia da intervenção certamente é questionada na cobertura do JN, mas a crítica é conduzida sem contextualização, dados, aprofundamento ou continuidade.

No dia 27 de dezembro, ao tratar da solenidade de encerramento da intervenção, o balanço geral feito pelo programa também reconhece que, apesar da redução de assassinatos e roubos, houve um grande aumento no número de mortes em confronto com a polícia. Os dados são justificados pelo gabinete de intervenção pelo fato de ter havido mais confrontos, e a reportagem não apresenta outros pontos de vista que questionem essa versão. Neste momento, como também nas reportagens do mês de julho, o que parece é que as “baixas”, apesar de indesejadas, fazem parte, são um “mal necessário” em nome do bem comum: o combate ao crime e a garantia da segurança. Dessa forma, a cobertura ao mesmo tempo resgata e reafirma a naturalização dos assassinatos nas favelas e periferias do estado, cujas vítimas são majoritariamente jovens negros, o que é característica do discurso da mídia brasileira sobre violência. E o discurso oficial, das autoridades, é tido como verdade.

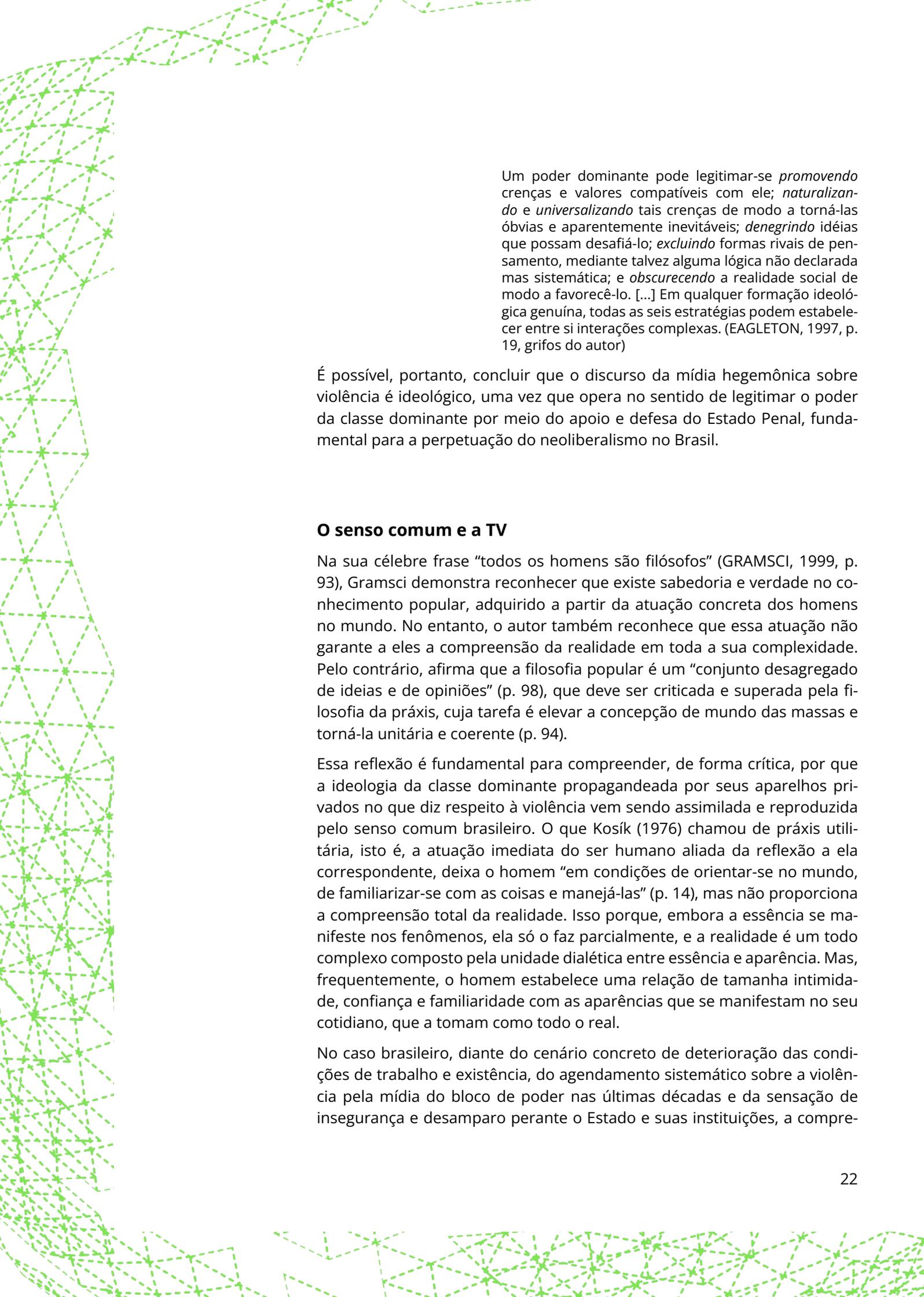
Foi possível concluir também que, apesar do entusiasmo inicial com a intervenção, perceptível na primeira semana da cobertura do Jornal Nacio-



nal, antes mesmo que a medida completasse seis meses já havia indícios de uma mudança de posicionamento por parte do programa e da emissora, que começavam a denunciar a sua ineficácia no combate à violência no estado. Os motivos eram tratados apenas superficialmente, sem qualquer pretensão de ampliar, complexificar ou aprofundar as discussões sobre violência. O que fica, da cobertura, é apenas uma sensação de que o Estado falhou, “mais uma vez” – expressão essa que foi repetida exaustivamente durante as reportagens. Resgatando Porto (2009, p. 12), o *Jornal Nacional*, como outros meios de comunicação hegemônicos, denuncia a ineficácia das instituições, ao mesmo tempo em que clama por maior intervenção do Estado através seu aparato repressivo e o enrijecimento da legislação penal.

Assim como ocorreu com a cobertura das UPPs, a cobertura da intervenção pelo JN também constrói caminhos de sentido que podem levar o telespectador a interpretar que é preciso ainda mais policiamento, encarceramento e militarização para garantir a segurança da população. É, portanto, uma cobertura em que o JN atua em última instância como um aparelho privado em defesa do aparato coercitivo do Estado brasileiro, buscando legitimá-lo: um exemplo da ideologia operando em favor da coerção, na perspectiva de manutenção da hegemonia das classes dirigentes no Brasil. Podemos avaliar, a partir de Gramsci (2007), que esse apoio sistemático foi mais incisivo no primeiro momento em um contexto de iminente crise diante da opinião pública, processo que pode ocasionar crise de autoridade, de hegemonia, colocando em risco os próprios aparelhos de hegemonia, incluindo a mídia. Com a intervenção militar e posterior revelação da inabilidade das forças coercitivas em lidar com a segurança pública no Rio de Janeiro, há um movimento ambíguo nas formas de representação. De um lado, apresentam-se dados que comprovam essa ineficácia das forças armadas em lidar com o problema da violência urbana, ao mesmo tempo em que se busca preservar o Estado burguês na busca de soluções por meio de maior planejamento e eficácia das políticas de segurança pública, preservando o Estado Penal e seu caráter neoliberal, sem qualquer aprofundamento nas razões estruturais, sociais e políticas da violência.

Dentre as várias acepções referentes ao conceito de ideologia, neste texto, ela é abordada, a partir de Eagleton (1997), como discurso que tem como objetivo “legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante” (p. 19), podendo ser verdadeiro em um nível e falso em outro (p. 28). Isso porque, embora seja importante identificar os falseamentos e silenciamentos operados por meio da ideologia – especialmente no que diz respeito à ideologia das classes dominantes – ainda assim é importante reconhecer que ela reflete aspectos da realidade social, caso contrário não seria verdadeiramente eficaz (p. 26), como também, dialeticamente, constitui a realidade social. O autor aponta seis estratégias a partir das quais a ideologia opera:



Um poder dominante pode legitimar-se *promovendo* crenças e valores compatíveis com ele; *naturalizando* e *universalizando* tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; *denegrindo* idéias que possam desafiá-lo; *excluindo* formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo. [...] Em qualquer formação ideológica genuína, todas as seis estratégias podem estabelecer entre si interações complexas. (EAGLETON, 1997, p. 19, grifos do autor)

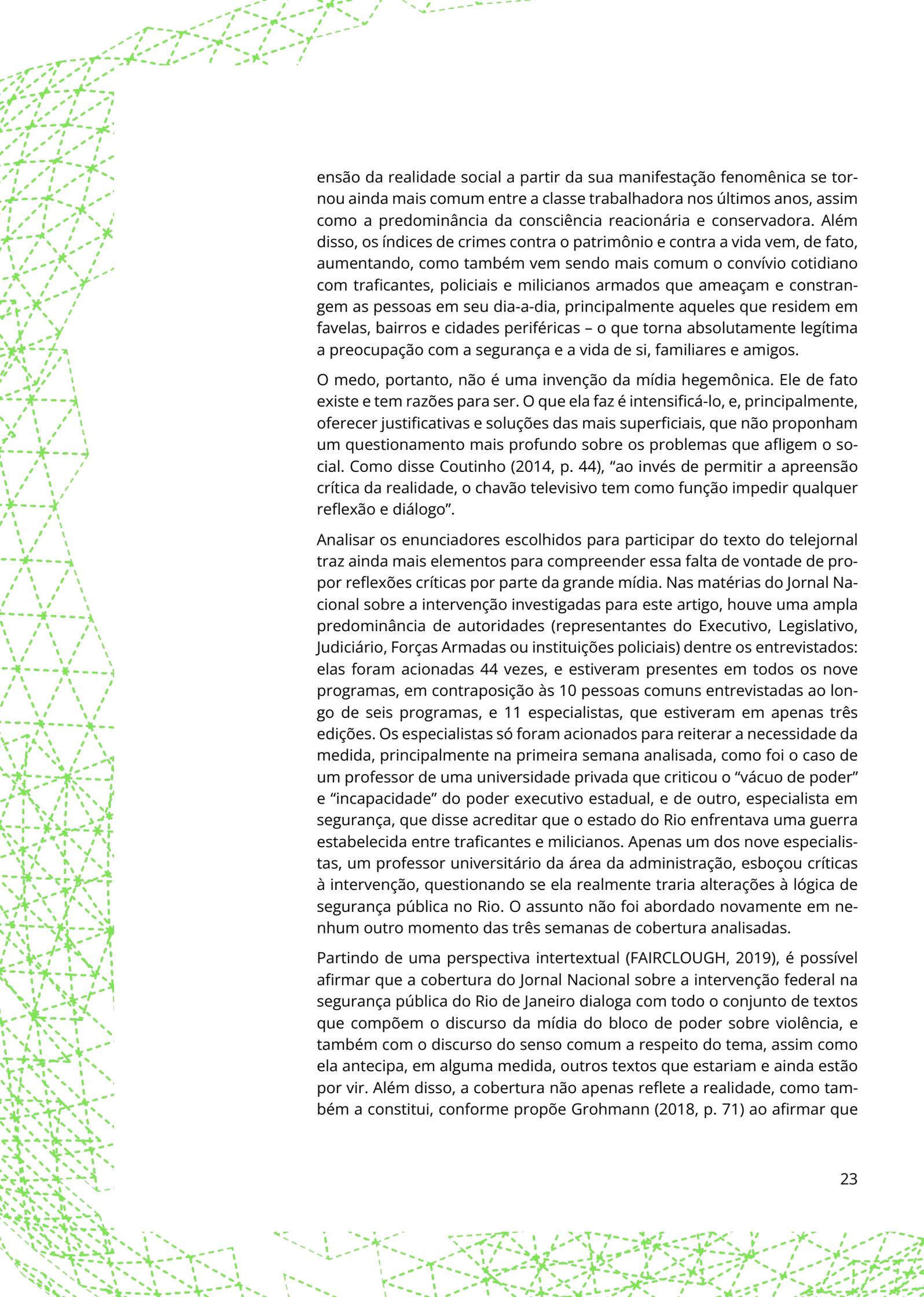
É possível, portanto, concluir que o discurso da mídia hegemônica sobre violência é ideológico, uma vez que opera no sentido de legitimar o poder da classe dominante por meio do apoio e defesa do Estado Penal, fundamental para a perpetuação do neoliberalismo no Brasil.

O senso comum e a TV

Na sua célebre frase “todos os homens são filósofos” (GRAMSCI, 1999, p. 93), Gramsci demonstra reconhecer que existe sabedoria e verdade no conhecimento popular, adquirido a partir da atuação concreta dos homens no mundo. No entanto, o autor também reconhece que essa atuação não garante a eles a compreensão da realidade em toda a sua complexidade. Pelo contrário, afirma que a filosofia popular é um “conjunto desagregado de ideias e de opiniões” (p. 98), que deve ser criticada e superada pela filosofia da práxis, cuja tarefa é elevar a concepção de mundo das massas e torná-la unitária e coerente (p. 94).

Essa reflexão é fundamental para compreender, de forma crítica, por que a ideologia da classe dominante propagandeada por seus aparelhos privados no que diz respeito à violência vem sendo assimilada e reproduzida pelo senso comum brasileiro. O que Kosík (1976) chamou de práxis utilitária, isto é, a atuação imediata do ser humano aliada da reflexão a ela correspondente, deixa o homem “em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las” (p. 14), mas não proporciona a compreensão total da realidade. Isso porque, embora a essência se manifeste nos fenômenos, ela só o faz parcialmente, e a realidade é um todo complexo composto pela unidade dialética entre essência e aparência. Mas, frequentemente, o homem estabelece uma relação de tamanha intimidade, confiança e familiaridade com as aparências que se manifestam no seu cotidiano, que a tomam como todo o real.

No caso brasileiro, diante do cenário concreto de deterioração das condições de trabalho e existência, do agendamento sistemático sobre a violência pela mídia do bloco de poder nas últimas décadas e da sensação de insegurança e desamparo perante o Estado e suas instituições, a compre-



ensão da realidade social a partir da sua manifestação fenomênica se tornou ainda mais comum entre a classe trabalhadora nos últimos anos, assim como a predominância da consciência reacionária e conservadora. Além disso, os índices de crimes contra o patrimônio e contra a vida vem, de fato, aumentando, como também vem sendo mais comum o convívio cotidiano com traficantes, policiais e milicianos armados que ameaçam e constroem as pessoas em seu dia-a-dia, principalmente aqueles que residem em favelas, bairros e cidades periféricas – o que torna absolutamente legítima a preocupação com a segurança e a vida de si, familiares e amigos.

O medo, portanto, não é uma invenção da mídia hegemônica. Ele de fato existe e tem razões para ser. O que ela faz é intensificá-lo, e, principalmente, oferecer justificativas e soluções das mais superficiais, que não proponham um questionamento mais profundo sobre os problemas que afligem o social. Como disse Coutinho (2014, p. 44), “ao invés de permitir a apreensão crítica da realidade, o chavão televisivo tem como função impedir qualquer reflexão e diálogo”.

Analisar os enunciadores escolhidos para participar do texto do telejornal traz ainda mais elementos para compreender essa falta de vontade de propor reflexões críticas por parte da grande mídia. Nas matérias do Jornal Nacional sobre a intervenção investigadas para este artigo, houve uma ampla predominância de autoridades (representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário, Forças Armadas ou instituições policiais) dentre os entrevistados: elas foram acionadas 44 vezes, e estiveram presentes em todos os nove programas, em contraposição às 10 pessoas comuns entrevistadas ao longo de seis programas, e 11 especialistas, que estiveram em apenas três edições. Os especialistas só foram acionados para reiterar a necessidade da medida, principalmente na primeira semana analisada, como foi o caso de um professor de uma universidade privada que criticou o “vácuo de poder” e “incapacidade” do poder executivo estadual, e de outro, especialista em segurança, que disse acreditar que o estado do Rio enfrentava uma guerra estabelecida entre traficantes e milicianos. Apenas um dos nove especialistas, um professor universitário da área da administração, esboçou críticas à intervenção, questionando se ela realmente traria alterações à lógica de segurança pública no Rio. O assunto não foi abordado novamente em nenhum outro momento das três semanas de cobertura analisadas.

Partindo de uma perspectiva intertextual (FAIRCLOUGH, 2019), é possível afirmar que a cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro dialoga com todo o conjunto de textos que compõem o discurso da mídia do bloco de poder sobre violência, e também com o discurso do senso comum a respeito do tema, assim como ela antecipa, em alguma medida, outros textos que estariam e ainda estão por vir. Além disso, a cobertura não apenas reflete a realidade, como também a constitui, conforme propõe Grohmann (2018, p. 71) ao afirmar que



“as relações de comunicação devem ser consideradas não como atividades isoladas, mas constitutivas de realidades históricas e relacionadas à estrutura de poder e ao modo de produção da sociedade”.

Considerações finais

Foi possível perceber que, apesar do Jornal Nacional ter apoiado a intervenção em um primeiro momento, esse posicionamento foi substituído, da metade para o final do ano, por críticas e denúncias sobre a ineficácia dessa política no combate à criminalidade. Contudo, essas críticas não abordavam as causas da violência urbana ou a lógica da política de segurança empregada no Rio de Janeiro e no Brasil, apenas apontavam para a necessidade de ainda mais investimento em policiamento, encarceramento e militarização. Por isso, pudemos concluir que a cobertura está alinhada e busca legitimar discursiva e ideologicamente a ampliação do aparato coercitivo do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito ao avanço do Estado Penal como principal modalidade de intervenção do Estado, em detrimento da garantia de direitos sociais.

A predominância de autoridades como entrevistados também contribui para concluir que existe afinidade discursiva e ideológica entre a mídia, que atua como aparelho privado de hegemonia das classes dominantes, e os representantes do Estado, o que corrobora para a compreensão de que sociedade política e sociedade civil, isto é, força e consenso, compõem uma unidade dialética, e que a opinião pública é o ponto de contato entre essas duas faces que compõem o Estado.

Também foi possível verificar a centralidade do tema da violência no JN, cujos âncoras e repórteres se apresentam recorrentemente como porta-vozes da população no clamor por mais segurança, seja manifestando indignação, vocalizando as pautas ou mesmo demonstrando empatia e solidariedade – o que configura um tipo de desvio das “normas” do jornalismo polifônico tradicional, comum na cobertura da intervenção e no discurso da mídia sobre violência de maneira mais ampla. Essa atitude pode configurar uma tentativa de fortalecer vínculos com o público, de engajá-lo com a ideologia hegemônica (BASTOS, 2020), em um contexto de questionamento do *status* do jornalismo e de sua mediação entre o público e os acontecimentos. No entanto, na prática, o telejornal atua como porta-voz das classes dominantes, do Estado Penal e de seus algozes.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. In: **Matrizes**, São Paulo, 14(1), p. 193-220, 2020.
- BASTOS, Pablo Nabarrete. **Marcha dialética do MST**: Formação e comunicação política entre campo e cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.
- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. In: **Matrizes**, São Paulo, n. 2, p. 231-250, jan./jun. 2012.
- CARVALHO, Monique Batista de. “Bem-aventurados os pacificadores”: práticas de militarização e disciplinarização dos corpos no programa de pacificação de favelas no Rio de Janeiro. In: LEITE, Márcia Pereira; ROCHA, Lia de Mattos, FARIAS, Juliana & CARVALHO, Monique Batista de (Org.). **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p.92-110.
- CASTILHOS, Roniara; MAZUI, Guilherme; CARAM, Bernardo. Temer assina decreto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. In: **G1**. Brasília, 16 de fev. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 10 de jun. de 2019.
- COIMBRA, Cecília; SCHEINVAR, Estela. Subjetividades punitivo-penais. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p.59-68.
- COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- FAIRCLOUGH, Normal. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UNB, 2019.
- SILVA, Fernanda Ramos da. **A ideologia do Estado penal**: coerção e consenso na cobertura do Jornal Nacional sobre a intervenção federal. 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- FRANCO, Marielle. UPP – **A redução da favela a três letras**: Uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GROHMANN, Rafael. A comunicação no marxismo: balizas de um conceito. **Revista Eptic**. Vol. 20, número 3, set.-dez. 2018.

GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados Brasil 2018**. São Paulo, 2018.

HALL, Stuart. Codificação / decodificação. In: HALL, Stuart; SOVIK, Liv,. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 1. ed. atual., 1 reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, V.I. **Que fazer?** Editora Hucitec: São Paulo, 1978.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **A construção do medo na reportagem policial**. In: X Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste, 2004, Rio de Janeiro. CD-rom do X SIPEC, 2004.

MENDONÇA, Kléber. **Discurso e Mídia: de tramas, imagens e sentido, um estudo do Linha Direta**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 2001.

MENEZES, Palloma Valle. "Vivendo entre dois deuses": a fenomenologia do habitar em favelas "pacificadas". In: LEITE, Márcia Pereira; ROCHA, Lia de Mattos, FARIAS, Juliana & CARVALHO, Monique Batista de (Org.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p.70-91

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, Segurança Pública e Representações Sociais. **Tempo Social** (USP. Impresso), v. 21, p. 211-233, 2009.

RAMOS, Murilo César. **Crítica a um Plano Nacional de Banda Larga: Uma perspectiva da economia política das políticas públicas**. Trabalho apresentado na 4ª Conferência Acorn-Redecom, Brasília, DF, maio, 2010.

RAMOS, Silvia (coord.). **Intervenção federal: um modelo para não copiar**. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESec, 2019.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. Risco, Sofrimento e Vítima Virtual: a Política do Medo nas Narrativas Jornalísticas Contemporâneas. In: **Revista Contracampo**, Niterói, n. 25, p. 24-42, dez. 2012.

WACQUANT, Loïc. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p.11-42.